

Um eterno migrante? O pertencimento dos ciganos à Europa

Article by **Luiza Medeleanu**

April 25, 2024

Apesar da sua longa história na Europa e de ser a maior minoria étnica, os ciganos continuam a ser vistos como o “estrangeiros perpétuos” e sofrem violência, marginalização e exclusão. Um verdadeiro sentimento de pertença para os ciganos europeus só pode ser construído com base no reconhecimento das relações de poder em jogo.

Embora os ciganos estejam na Europa pelo menos desde o século XI, são frequentemente vistos como eternos migrantes ou “estranhos”, como descrito pelo sociólogo alemão Georg Simmel. Eles vivem ao nosso lado, mas não os conhecemos realmente, eles estão próximos e distantes ao mesmo tempo. É o que pensamos que sabemos – a partir de retratos midiáticos e encontros fugazes – muitas vezes não passa de estereótipos e preconceitos.

Em seu artigo de 2012 “A Europa inventa os ciganos: o lado sombrio da modernidade”, o teórico literário Klaus-Michael Bogdal argumenta que, como os ciganos não conseguiram escrever sua própria história, ela foi escrita por outros – cujas percepções influenciaram fortemente a narrativa. Ele acredita que os ciganos são uma invenção europeia moderna e que a imagem que os representa é marcada por distorções. Em seu livro *Roma na Europa*, de 2007, o sociólogo e especialista em ciganos Jean-Pierre Liégeois observa que as atitudes em relação aos ciganos podem ser definidas por uma medida de “simpatia romântica”, mas que os estereótipos mais negativos são revividos assim que a tensão social surge. As crenças generalizadas sobre as comunidades ciganas podem ser igualmente distorcidas. A opinião de que os ciganos levam um estilo de vida nómada ou seminómada é muitas vezes injustificada, uma vez que muitos ciganos estão agora de facto assentados, enquanto as alegações que ligam a cultura cigana a um desrespeito geral pelas regras desmentem o facto de a vida cigana ser regida por normas complexas de comportamento social.

Alteridade e subversão

Numa tentativa de explicar a falta de ciganos pertencentes às sociedades não ciganas com as quais vivem, o antropólogo cultural romeno Vintilă Mihăilescu identifica três elementos da “condição cigana”. A primeira é a relação dos ciganos com a terra. Mihăilescu afirma que não há exemplos de um número significativo de ciganos que se tornaram camponeses ou agricultores, com suas raízes e recursos dependentes da terra. Isso fez com que os ciganos fossem percebidos como um “outro absoluto” pelos moradores locais. Mihăilescu propõe que a mobilidade dos ciganos foi, na verdade, impulsionada pela busca de recursos de subsistência. Além disso, ele se refere ao período de escravização cigana no território da atual Roménia (discutido com mais detalhes abaixo), quando a maioria dos ciganos levava uma vida sedentária, e postula que o nomadismo foi inventado pelas “sociedades anfitriãs” e funcionava como um operador explícito ou implícito de categorização social e estigmatização.

O próximo elemento da “condição cigana” é a sua relação com o espaço. O espaço em geral, e a terra em particular, não oferecem aos ciganos um sentimento de identificação ou de pertença. Não subscrevendo um “culto ao território”, os ciganos não têm hesitações em violar os interesses patrimoniais de outras pessoas e, por isso, estão dispostos a instalar-se em qualquer terra

disponível. Privados da terra e desinteressados por ela, os ciganos referem-se a outra categoria de recursos – nomeadamente o seu próprio artesanato, com o qual ganham a vida diariamente. Mihăilescu observa que isso muitas vezes tornou os ciganos parte integrante de suas “sociedades anfitriãs” e de seu funcionamento económico – o que significa que a inclusão social dos ciganos era muito mais profunda do que geralmente se acredita.

O terceiro elemento da “condição cigana” é a sua relação com a propriedade. Salvo raras exceções, os ciganos tendiam a não acumular bens significativos; seus bens mais valiosos eram geralmente transportados nas carroças. Como resultado, sua atividade econômica foi predominantemente orientada para a sobrevivência e não para o crescimento. Isso levou à ideia de que os ciganos tinham uma “economia de resíduos”, o que contribuiu significativamente para a reprodução de seu status marginal.

Curiosamente, Mihăilescu sugere que esses três elementos – a falta de apego ao lugar, a falta de propriedade e a prática de uma economia de serviços oferecidos de forma peripatética dependendo das oportunidades disponíveis – facilitam uma espécie de rito de reversão que, ao apresentar uma imagem espelhada da sociedade não-cigana, vira de cabeça para baixo a dominação explícita das sociedades anfitriãs e permite a subversão do status quo.

Escravidão, emancipação e migração para o oeste

De acordo com o especialista em comunidades minoritárias e marginalizadas Aidan McGarry, a construção da identidade dominante geralmente designa um estranho – alguém que não pertence – como um contraponto. Um espaço social é construído, e aqueles que se dignam a não pertencer são posicionados fora dele, tanto física quanto conceitualmente. Na Europa, os ciganos são colocados fora do espaço pertencente aos não-ciganos, tanto física como conceitualmente, e são interpretados como uma ameaça para os europeus.

O exemplo mais flagrante de exclusão é representado pela escravização dos ciganos no território da atual Romênia de pelo menos 1385 até 1856. Isso não só colocou os ciganos fora da sociedade; excluiu-os da categoria do humano. Os escravos eram como as coisas: podiam ser comprados e vendidos, doados e dados em troca de dívidas. Como nos EUA, após a abolição da escravatura cigana em 1855-1856, os dois principados romenos ofereceram compensação aos proprietários pelas perdas econômicas sofridas, mas não aos próprios escravos.

O historiador cigano Petre Petcuț afirma que a abolição da escravatura foi o acontecimento social mais importante na história moderna da Romênia. Desencadeou dois fenômenos duradouros: as tentativas estatais de integrar/assimilar esses novos cidadãos – ainda inacabadas – e a dramática desigualdade entre os emancipados e o restante da população. Políticas abolicionistas superficiais, aparentemente destinadas a integrar antigos escravos na sociedade, criaram, em vez disso, um grupo distinto de cidadãos. Muitas pessoas foram simplesmente jogadas na rua e forçadas a se tornarem mendigas, populações foram deslocadas e grupos inteiros se tornaram apátridas.

Outro fenômeno importante desencadeado pela emancipação dos ciganos foi uma onda migratória de ciganos principalmente nômades para a Europa Ocidental. Como resultado do pouco conhecimento da cultura e das práticas ciganas, esses nômades tornaram-se alvo de pressão permanente, sujeitos a controlo e suspeitos de crimes ou ilegalidades. A mistura do nômada com o delinquente por parte das autoridades públicas e da opinião pública tornou-se cada vez mais frequente nos países da Europa – com os ciganos acusados de roubar aldeias, invadir e raptar crianças – e ainda persiste.

Petre Petcuț descreve a figura do “cigano nómade ameaçador” que se torna uma imagem indeterminada num mundo dominado pela violência política e pelo racismo, onde lendas e monstros se encontram. Sublinha que a representação do “nómade cigano” que rouba, rapta crianças ou mesmo viola e assassina é o resultado do consumo cultural popular, em vez de representar um perigo real para a comunidade maioritária, sublinhando que a mobilidade dos ciganos está principalmente ligada ao exercício da sua profissão ou ofício.

Sistemas de controle, expulsão e genocídio

A partir do início do século XX, a mobilidade dos ciganos tornou-se uma questão internacional na Europa. O nacionalismo e a xenofobia começaram a influenciar os parâmetros de mobilidade dos grupos ciganos. As expulsões mútuas que ocorreram entre a França e a Bélgica, a França e a Suíça, e a França e a Itália demonstraram a dimensão dos sentimentos anti-ciganos e foram acompanhadas pelo desenvolvimento de um sistema ainda mais rigoroso de vigilância e controlo dos grupos nómades ciganos. A Suíça propôs a criação de uma comissão com poderes supranacionais responsável pelo “problema cigano” a nível europeu, mas esta iniciativa falhou – principalmente devido à Itália, que considerava os ciganos como pertencentes exclusivamente aos Estados da Europa Central e dos Balcãs, mas também devido à recusa de “nacionalização” dos ciganos por outros Estados, apanhados num turbilhão de nacionalismo e ansiedade em relação aos estrangeiros.

Após a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a situação piorou acentuadamente. Em 1940, a polícia alemã começou a deportar ciganos da Alemanha nazista e da Áustria para a Polónia ocupada pelos alemães – principalmente para Auschwitz-Birkenau, onde um “Campo da Família Cigana” (Zigeunerfamilienlager) foi estabelecido em fevereiro de 1943. No final de 1943, 18.736 ciganos viviam no campo, dos quais cerca de 9.500 tinham menos de quinze anos. Quase 400 crianças nasceram lá.

No total, estima-se que cerca de 21.000 ciganos de 12 países tenham sido mortos em Auschwitz-Birkenau. O mesmo destino foi compartilhado por ciganos internados noutros campos de concentração. Muitos outros foram vítimas dos chamados Einsatzgruppen – esquadrões da morte paramilitares que executaram indivíduos judeus e ciganos e comunidades inteiras. O número exato de ciganos que foram mortos dessa forma não é conhecido, mas estima-se que existam 180 valas comuns na Ucrânia, Bielorrússia, ex-Iugoslávia e Polónia. Estudiosos como Angus Frazer, Jean-Pierre Liégeois e Ian Hancock estimam que pelo menos meio milhão de ciganos de toda a Europa morreram durante o que ficou conhecido como o Holocausto Cigano.

O genocídio dos ciganos raramente é mencionado no discurso público e ainda não foi suficientemente investigado.

Em 15 de abril de 2015, o Parlamento Europeu adotou uma resolução que reconhece o genocídio e estabelece o dia 2 de agosto como o Dia Europeu em Memória do Holocausto Cigano. A data foi escolhida em memória do massacre dos quase 3000 homens, mulheres e crianças ciganos no campo de concentração pelas tropas das SS na noite de 2 de agosto de 1944. (De acordo com algumas fontes, o número de mortes foi superior a 4000.) No entanto, o caminho para o reconhecimento não foi fácil: os ciganos tiveram de lutar para serem reconhecidos como vítimas do Holocausto. Havia sido excluídos dos julgamentos de Nuremberg sob o argumento de que sua perseguição era baseada em critérios sociais e não raciais, como era o caso dos judeus.

Na Sexta-Feira Santa de 1980, numa tentativa desesperada de levar o Estado alemão a reconhecer a perseguição aos ciganos por motivos raciais, ativistas dos direitos dos ciganos liderados por Romani Rose – chefe do Conselho Central dos Sinti e Ciganos alemães desde a sua fundação – recorreram a uma greve de fome. Em março de 1982, graças aos seus esforços, o chanceler Helmut Schmidt reconheceu oficialmente o genocídio e enfatizou a obrigação de indenizar as vítimas. As vítimas ciganas do Holocausto começaram a receber pagamentos de indenização em meados da década de 1980.

Apesar destes esforços, o genocídio dos ciganos raramente é mencionado no discurso público e ainda não foi suficientemente investigado. Os investigadores neste tema centram-se principalmente nos seus aspectos administrativos e organizacionais, destacando o papel das autoridades locais na categorização e deportação dos ciganos, e dão menos ênfase ao pensamento subjacente a esta campanha europeia de limpeza étnica.

A ciganofobia na Europa de hoje

A ciganofobia continua a ser generalizada na Europa, com os ciganos estigmatizados em massa como criminosos. Em França, por exemplo, o governo decidiu deportar migrantes ciganos que detinham a cidadania de outros países da UE no Verão de 2010 – por vezes à força. Esta campanha foi acompanhada por uma retórica anti-cigana, com toda a comunidade cigana a ser acusada de comportamento criminoso. Outro exemplo é a linguagem infeliz usada por alguns candidatos nas eleições italianas de 2008, que resultou em terríveis incidentes de violência contra os ciganos e seus acampamentos. Da mesma forma, o assassinato de seis ciganos, incluindo uma criança de 5 anos, na Hungria foi cometido em um ambiente inflamado pelo discurso de ódio.

Os ciganos continuam a ser os excluídos, os bodes expiatórios da Europa que são culpados em tempos de crise quando ninguém está disposto a assumir a responsabilidade pela situação. O exemplo mais recente é a pandemia de Covid-19, durante a qual o discurso de ódio e a incitação ao ódio contra os ciganos – e até mesmo atos de violência contra eles – aumentaram visivelmente.

Até à data, o impacto das políticas públicas para os ciganos na sociedade europeia tem sido limitado.

A história dos ciganos no espaço europeu é de violência, marginalização e exclusão. Eles eram considerados inferiores e explorados. Ao longo dos séculos, desenvolveu-se todo um conjunto de imagens, cristalizando estereótipos coletivos sem levar em conta as relações de poder que se formaram entre ciganos e não ciganos.

Iniciativas políticas e relações de poder

A fim de melhorar as condições dos ciganos e de lhes conferir direitos iguais aos cidadãos europeus, foram lançadas inúmeras iniciativas políticas nos últimos 25 anos. As mais promissoras foram as estratégias nacionais para os ciganos desenvolvidas pelos governos dos candidatos à adesão à União Europeia na Europa Central e Oriental, a Década da Inclusão dos Ciganos 2005-2015, iniciada pelo Banco Mundial e pelo Open Society Institute, e o Quadro Qstratégico da UE para os Ciganos em Matéria de Igualdade, Inclusão e Participação. A última delas foi consolidada e reformada em 7 de outubro de 2020. Em comparação com o quadro anterior, que se centrava na integração socioeconómica dos ciganos sem ter em conta a sua especificidade cultural, estabelece uma

abordagem mais complexa da questão dos ciganos a nível europeu.

De acordo com o novo quadro, todos os ciganos devem ter a oportunidade de realizar todo o seu potencial e de se envolver na vida política, social, económica e cultural. Esta nova abordagem coloca uma maior ênfase na diversidade entre os ciganos, a fim de garantir que as estratégias nacionais respondam às necessidades específicas de diferentes grupos, incluindo as mulheres, os jovens, as crianças, os cidadãos nómades da UE, os apátridas, as pessoas LGBTQIA+ e os idosos e pessoas com deficiência. O quadro europeu incentiva uma abordagem interseccional, tendo em conta a forma como diferentes aspectos da identidade podem ser combinados para combater a discriminação. Presta também mais atenção às medidas que prevêm uma abordagem a nível político da questão da inclusão dos ciganos, a par de ações específicas destinadas a favorecer a sua efetiva igualdade de acesso aos direitos e serviços.

No entanto, até à data, o impacto das políticas públicas para os ciganos na sociedade europeia tem sido limitado. Uma das razões para tal, observa o especialista Iulius Rostaş, é que estas políticas não têm devidamente em conta a importância crucial da identidade étnica como factor causal essencial da exclusão social e da marginalização dos ciganos. Para reduzir estas lacunas e garantir que as políticas públicas relativas aos ciganos são adequadas à sua finalidade, a história das relações de poder entre ciganos e não ciganos e a exclusão dos ciganos devem ser tidas em conta. O poder deve ser partilhado para que pertença igualmente a todos – incluindo os ciganos. Só assim sentirão um verdadeiro sentimento de pertença à Europa – como cidadãos europeus com todos os direitos associados, não apenas os mais antigos “migrantes da Europa”, os eternos estrangeiros.



Luiza Medeleanu is completing a PhD in Cultural Studies at the Center of Excellence in Image Study of the University of Bucharest, and teaches Romani Culture and Literature at the Faculty of Foreign Languages and Literatures. Her research focuses on the image of Roma in telenovelas.

Published April 25, 2024

Article in Portuguese

Translation available in English

Published in the *Green European Journal*

Downloaded from <https://www.greeneuropeanjournal.eu/um-eterno-migrante-o-pertencimento-dos-ciganos-a-europa/>

The Green European Journal offers analysis on current affairs, political ecology and the struggle for an alternative Europe. In print and online, the journal works to create an inclusive, multilingual and independent media space.

Sign up to the newsletter to receive our monthly Editor's Picks.